

## Moinhos urbanos: patrimônio agroindustrial em Porto Alegre [RS]

DOI: 10.20396/labore.v16i00.8669967

**Kauã Domingues de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-9817-7530>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre [RS] Brasil

**Luisa Durán Rocca**

<https://orcid.org/0000-0001-7434-4015>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre [RS] Brasil

### RESUMO

O presente artigo aborda a problemática em torno da preservação do Patrimônio Agroindustrial edificado localizado na área urbana da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizam-se como estudo de caso três antigos moinhos construídos na primeira metade do século XX: Moinho Rio-Grandense, Moinho Porto-Alegrense e Moinho Germani. Embora compartilhem de uma história bastante semelhante, sendo partes importantes do acervo do patrimônio industrial do antigo distrito industrial da cidade, o 4º Distrito, cada um desses moinhos possui um contexto atual singular, que nos permite analisar pontos de convergência e contradições na preservação do patrimônio agroindustrial da cidade. Desta forma, este artigo objetiva analisar arquitetonicamente esses três edifícios, refletindo sobre seus valores enquanto patrimônio edificado, construindo, paralelamente, um recorte sobre as práticas de preservação associadas a esses moinhos urbanos. Conclui sobre a necessidade de se refletir sobre a questão dos usos ao abordar intervenções no patrimônio industrial, procurando equilibrar a função útil do edifício com seus valores identitários fundamentais.

### PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Agroindustrial. Patrimônio Industrial. Arquitetura. Porto Alegre.

## **Urban mills: an agroindustrial heritage in Porto Alegre city [state of Rio Grande do Sul, Brazil]**

### ABSTRACT

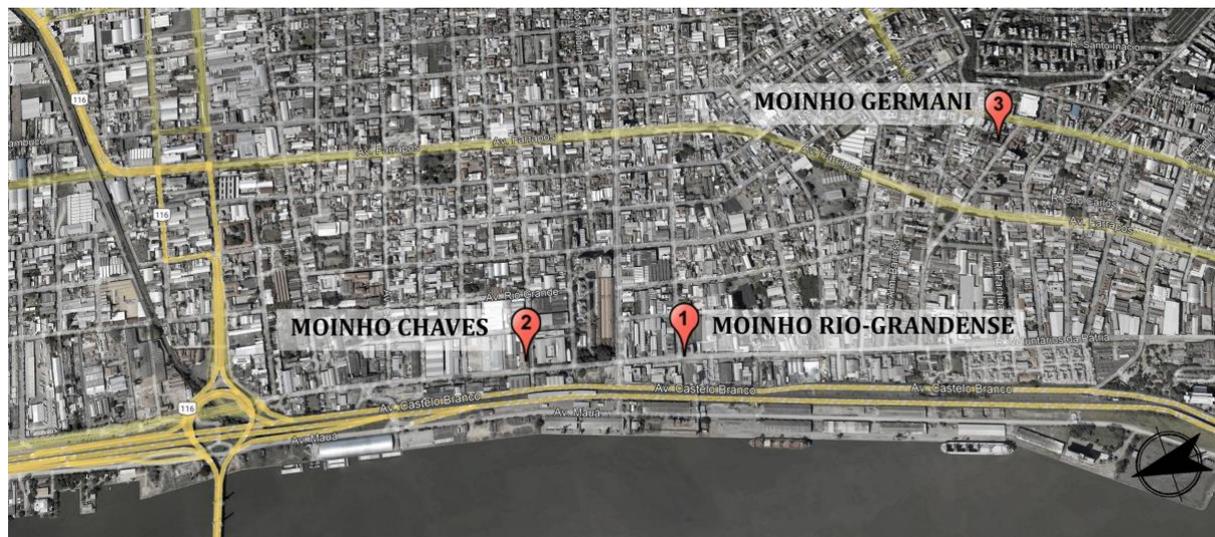
The present paper approaches the problematic around the preservation of the built Agro-industrial Heritage located in the urban area of the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Three old mills built in the first half of the 20th century are used as a case study: Moinho Rio-Grandense, Moinho Chaves and Moinho Germani. Although they share a very similar history, being important parts of the industrial heritage of the old industrial district of the city, the 4th District, each one of these mills has a singular current context, which allows us to analyze points of convergence and contradictions in the preservation of the Agro-industrial Heritage of the city. Thus, this article aims to analyze architecturally these three buildings, reflecting on their values as built heritage, building, in parallel, a clipping on the preservation practices associated with these urban mills. It concludes on the need to reflect on the issue of uses when addressing interventions in industrial heritage, seeking to balance the useful function of the building with its fundamental identity values.

### KEYWORDS

Agro-industrial Heritage. Industrial Heritage. Architecture. Porto Alegre city [state of Rio Grande do Sul, Brazil].

## 1. Introdução

Este artigo visa discutir a importância do patrimônio agroindustrial urbano da cidade de Porto Alegre [RS], aqui representado por três moinhos construídos na primeira metade do século XX. Embora esses moinhos possuam semelhanças tanto de contexto, quanto arquitetônicas, atualmente cada um se encontra num estado de conservação diferente, com suas próprias particularidades. Ainda que suas condições atuais sejam distintas, ao analisar suas características e o processo histórico que os constituem, é possível verificar pontos de convergência que serão fundamentais para embasar sua preservação e fortalecer de maneira conjunta sua importância cultural para a cidade.



**Figura 1.** Mapa com a localização dos moinhos Rio-Grandense (1), Chaves (2) e Germani (3). Fonte: Google Earth Pro, 2022.

Os três moinhos aqui apresentados, Rio-Grandense (1916), Figura 2; Chaves ou Porto-Alegrense (1921), Figura 3; e Germani (1941), Figura 4 – foram construídos no período de desenvolvimento e consolidação da indústria local, correspondendo também a um dos períodos de maior desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade. São reflexos, mas também elementos tensionadores desse processo. Suas histórias estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento da cidade, principalmente a região que ficaria conhecida como 4º Distrito. Suas características arquitetônicas possuem semelhanças que ajudam a entender o caráter (Norberg-Schulz, 1980) dos edifícios industriais construídos na cidade durante o apogeu da indústria local, enquanto os elementos que os diferenciam do patrimônio industrial de Porto Alegre. Assim, buscamos aqui entender, a partir da análise dessas três edificações exemplares, quais os principais valores do patrimônio industrial local e que questões relacionadas à sua preservação surgem ao estudarmos seus respectivos estados de conservação atual e processos históricos que os acompanham.



**Figura 2.** Moinho Rio-Grandense, em Porto Alegre [RS].  
Foto: Kauã Oliveira, 2018.



**Figura 3.** Moinho Chaves, em Porto Alegre [RS].  
Foto: Kauã Oliveira, 2022.

Desta forma este artigo objetiva trazer à luz o Patrimônio Agroindustrial de Porto Alegre a partir de uma breve análise histórica e arquitetônica de três dos mais importantes moinhos construídos durante o apogeu da agroindustrial local. Também, busca-se compreender de maneira geral as principais questões referentes à problemática da preservação do patrimônio industrial inseridos em zonas urbanas, a partir da correção de seus atuais estados conservação e dos processos que os engendram.

A justificativa para tal pesquisa reside no processo de degradação acelerado ao qual duas dessas edificações se encontram (embora uma delas já possua projeto de restauração



**Figura 4.** Moinho Germani, em Porto Alegre [RS].  
Foto: Kauã Oliveira, 2022.

em tramitação), bem como as dificuldades que residem na reinserção na cidade contemporânea desses objetos arquitetônicos que perderam sua função original e na valorização de sua memória. A pesquisa então define como estudo de caso os três moinhos supracitados, Rio-Grandense, Chaves e Germani, analisando suas características histórico e arquitetônicas e estabelecendo comparações entre eles. Trata-se de uma pesquisa exploratória, essencialmente bibliográfica e documental (Gil, 2002), auxiliada por um trabalho de campo onde foi feito um levantamento fotográfico dos edifícios e seus entornos para entender tais relações.

A problemática envolvendo a gestão do patrimônio industrial edificado inserido em grandes núcleos urbanos é comum a praticamente todas as capitais brasileiras, sobretudo aquelas que tiveram um pico de desenvolvimento econômico e urbano na primeira metade do Século XX. Cidades como Porto Alegre, mas também Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo, possuem um grande número de edificações industriais de inestimável valor histórico e cultural, sem que haja um alinhamento geral nas ações em prol de sua proteção e inserção dessas edificações no percurso cultural dessas cidades. Nas últimas duas décadas, diversas ações em prol da preservação dessa memória industrial têm sido postas em prática, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil, mas é fato que ainda há um longo caminho a percorrer.

O recorte temático aqui feito está focado num tipo de indústria que foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul, mas que, acima de tudo, possui raízes profundas na história da cidade. Ao analisar o caso específico desses três moinhos, espera-se discutir questões que sirvam de base para um debate mais amplo envolvendo o patrimônio industrial das grandes cidades brasileiras. Num esforço de valorizar as características excepcionais destes moinhos, espera-se que de suas semelhanças possam surgir respostas para as principais questões que permeiam a preservação do patrimônio industrial.

## 2. Contextualização

Antes de abordarmos a questão do patrimônio agroindustrial de Porto Alegre, é preciso primeiro fazer uma aproximação teórica com o conceito de patrimônio industrial, categoria de bem cultural que engloba os mais diferentes tipos de indústria incluindo, obviamente, a agroalimentar. Ainda que este texto não tenha o intuito de aprofundar uma discussão conceitual sobre o tema, é importante deixar claros os conceitos fundamentais que permeiam este trabalho.

Segundo Kühl (2006), a inclusão dos remanescentes dos processos de industrialização dos séculos XVIII e XIX ao campo do patrimônio é relativamente recente, surgindo no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo na Inglaterra, e ganhado força a partir da década de 1960, quando muitas edificações representativas da história industrial daquele país foram perdidas.

Dentro deste contexto, é fundamental destacar o papel da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) ao ampliar os conceitos de patrimônio e monumento histórico, voltando o debate acerca da preservação para os conjuntos e o ambiente que os envolve, mas, sobretudo, ao estender a preservação as ditas obras de arquitetura modesta (Oliveira, 2021).

É importante salientar, porém, que tais iniciativas em prol da preservação do patrimônio industrial acontecem de maneira esporádica e esparsa ao longo do século XX, ganhando destaque novamente apenas em meados

de 1990, quando tais estruturas industriais passam a ser vistas não mais apenas como patrimônio locais, mas de toda humanidade. Segundo Oliveira (*ibid.*) a primeira edificação tipicamente industrial a receber o título de Patrimônio Mundial foi a Engelsberg Ironworks, uma siderúrgica sueca construída no século XVIII, em 1993.

No Brasil, o primeiro tombamento nacional de uma estrutura industrial acontece ainda em 1964, quando a Diretoria do então Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, faz o tombamento das estruturas remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó, São Paulo. Porém, conforme salienta Kühl (op. cit.), esse tombamento não significou o início de um esforço crescente pela preservação da memória industrial do País. Isso só viria a acontecer na década de 1980, com a construção do SESC Pompéia, em São Paulo, quando a refuncionalização dessas antigas fábricas passa a ganhar maior destaque. Segundo Gorski (2003), o projeto do Sesc Pompéia, de autoria da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi (nascida em Roma, em 5 de dezembro de 1914, e falecida em São Paulo, 20 de março de 1992), foi emblemático por seu papel em evidenciar junto ao poder público e à sociedade civil o potencial cultural desses antigos conjuntos industriais subutilizados, presentes em todas as grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, o projeto de Lina pode ser considerado como um marco que impulsionou o surgimento de iniciativas semelhantes por todo Brasil.

No Rio Grande do Sul, o tombamento da Usina do Gasômetro (Figura 5) em Porto Alegre, no início dos anos 80, destaca-se como uma iniciativa pioneira na defesa do patrimônio industrial local, além de ser um símbolo da organização da sociedade civil e de grupos não governamentais na defesa do patrimônio material. Segundo Gorski, todo o processo em torno da defesa e valorização da Usina como patrimônio foi uma das “[...] primeiras manifestações que alcançaram repercussão e resultados práticos na defesa do patrimônio construído da cidade” (Gorski, op. cit., p. 66). No entanto, é só a partir do final dos anos 1990 que ações em prol da preservação da memória industrial começaram a acontecer de forma planejada. Foram determinantes para isso a criação do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (conhecido pela sigla TICCIH, em inglês) e a publicação, por esse mesmo comitê, da Carta de Nizhny Tagil, em conjunto com o ICOMOS e com a Unesco no ano de 2003 (Ferreira, 2019).



Figura 5. Usina do Gasômetro, em Porto Alegre [RS]. Foto: Kauã Oliveira, 2022.

É a partir da Carta de Nizhny Tagil que passam a existir, enfim, diretrizes gerais e internacionais para a preservação do patrimônio industrial. Mais do que isso, é a partir desta carta que se dá uma definição clara ao Patrimônio Industrial, como sendo:

*[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico. Esses vestígios consistem de prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, minas e locais para processamento e refinamento, armazéns (warehouses) e galpões, de locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada, transporte e toda a sua infra-estrutura, assim como de locais usados para atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitação, locais para culto e para a educação (ICOMOS, TICCIH, 2003, pp. 133-134).*

Outro texto fundamental, do ponto de vista da conceituação e entendimento do patrimônio industrial em uma escala global, foi publicado também pelo TICCIH em 2011 sob o nome de “Princípios de Dublin” (ICOMOS, TICCIH, 2011). O texto amplia os conceitos estabelecidos pela Carta de Nizhny Tagil, além de alertar para o constante estado de vulnerabilidade em que grande parte desses bens culturais se encontram. O texto ainda destaca uma série de ações voltadas a salvaguardar a memória industrial e os bens materiais associados a ela.

Assim, neste texto, ao nos referirmos sobre o patrimônio industrial, utilizaremos as noções já consagradas por esses dois documentos. Entendemos que, como um patrimônio que possui uma grande dimensão social e que constantemente é associado à história de homens e mulheres comuns, é natural que a compreensão que se tem desses bens esteja em constante transformação. Da mesma forma, cada gênero grupo industrial específico possui particularidades intimamente ligadas ao contexto local e ao desenvolvimento socioeconômico de cada região. Ao focar esta pesquisa na tipologia dos moinhos, buscamos dar o devido destaque ao subgênero da agroindústria, setor fundamental no desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul.

## 2.1. A AGROINDÚSTRIA EM PORTO ALEGRE

Porto Alegre, assim como boa parte do Rio Grande do Sul, possui uma longa e importante relação com a agroindústria ou, de forma mais geral, com bens e espaços associados à produção de alimentos. A capital do Estado, que ganhou a alcunha de “Celeiro do País” (Pesavento, 1983) durante o século XX, desde sua fundação desempenhou papel importante na produção de alimentos.

Os açorianos, que aqui se estabeleceram em meados do século XVIII, logo encontraram no trigo e seus derivados um dos principais meios para sua subsistência. Em 1780 o cereal já era o principal produto agrícola da província, sendo Porto Alegre um dos principais polos produtores do cereal (Pimentel, 1945). Por conta disso, algumas das primeiras estruturas de grande porte a serem construídas na região furão justamente edificações para moer trigo. Azenhas<sup>1</sup>, atafonas<sup>2</sup>, e moinhos de vento ajudaram a definir a paisagem e a identidade de Porto Alegre enquanto cidade. Tais estruturas aparecem em relatos de viajantes que passaram pela capital gaúcha entre o final do século XVIII e início do século XIX. Moniz Barreto, ao visitar Porto Alegre em 1790, chama atenção para “[...] além das muitas azenhas” para moer o trigo a invenção de “[...] uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas que se movem puxados por bois, segundo sopram os ventos” (César, 1981, p. 172). A memória desses moinhos se faz presente ainda hoje no nome de bairros que tiveram sua imagem associada a este tipo de edificação, como no caso dos bairros Moinhos de Vento e Azenha.

Mesmo com o declínio da produção de trigo, que desde o início já sofria com sucessivas pragas e a falta de equipamentos e mão de obra especializada, ainda em meados dos anos 1810, os moinhos não deixaram de ser importantes para a economia gaúcha. O cereal foi gradativamente sendo substituído pela mandioca, uma vez que seu plantio não necessitava de técnicas de cultivo mais elaboradas e se adaptava facilmente a terras de baixa produtividade. Além de ser um alimento versátil, a produção da farinha de mandioca era relativamente mais simples e suas raspas ainda podiam ser utilizadas para alimentação de animais, entre os quais os porcos, que serviam de matéria prima para a produção de banha e embutidos. A cultura da mandioca ganharia ainda mais força a partir de 1824, com a chegada dos primeiros colonos alemães, que se instalaram no Vale do Rio dos Sinos. Em 1842 o Rio Grande do Sul já era autossuficiente na produção de farinha de mandioca e, a partir de 1856, passou a exportar também para as demais províncias brasileiras (Pesavento, 1983). Até o final do século XIX, a farinha de mandioca seria o artigo de origem agrícola de maior exportação no Rio Grande do Sul, perdendo apenas para os artigos provenientes da pecuária. O trigo retornaria com força as lavouras gaúchas apenas no final do século XIX, principalmente a partir da chegada dos primeiros colonos italianos à região da encosta superior da serra nordeste.

É também a partir da chegada desses colonos, alemães e italianos, que a indústria gaúcha passa a se desenvolver. Segundo Pesavento (1985), o acúmulo de capital proveniente do comércio de produtos coloniais servirá de subsídio para a implementação de algumas das primeiras unidades industriais no Estado. Dentre as indústrias então surgidas, destacam-se duas que existem até os dias de hoje: a Oderich, fundada por Adolph Carlos Oderich em 1908, e a Renner, inicialmente uma pequena fábrica de capas impermeáveis montada por Anton Jacob Renner (Pesavento, 1985).

No caso específico de Porto Alegre, as questões referentes aos imigrantes, à indústria e ao desenvolvimento urbano da cidade estão diretamente conectadas. Embora a maior parte dos imigrantes que aqui chegaram no final do século XIX fossem agricultores em suas terras natais, havia também muitos trabalhadores de profissões urbanas da Europa, como tecelões, carpinteiros, sapateiros, ferreiros etc. Em muitos casos esse era o único ofício que essas pessoas eram capazes de trabalhar, e não conseguiriam se adaptar à vida no campo.

<sup>1</sup> Moinhos movidos pela força da água.

<sup>2</sup> Moinhos de tração animal.

Muitos desses trabalhadores urbanos ao chegarem a Porto Alegre, optaram por se estabelecerem aí mesmo, em vez de seguirem rumo às colônias alemãs e italianas, como seria esperado. Na Capital, grande parte dessas pessoas se estabeleceram ao longo da estrada de ferro que conectava a cidade ao interior do Estado, sobretudo na região da Rua Voluntários da Pátria. Ali eles foram responsáveis por desenvolver pequenas manufaturas e o comércio local (Souza, 2000).

## 2.2. A INDÚSTRIA E O 4º DISTRITO

É justamente nessa zona da cidade, a partir da concentração de oficinas e fabriquetas e valendo-se da proximidade com a estrada de ferro e o porto da cidade, que começava a se desenvolver, nasce o distrito industrial da cidade, região essa que viria a ser conhecida como 4º Distrito.

Até meados do século XIX, a região dos atuais bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes era uma região de chácaras e casas de campo. Uma das poucas vias existentes na região era a atual Rua Voluntários da Pátria, aberta no início do século XIX sob o nome de “Caminho Novo” (Franco, 2018). A via, que logo se tornou um dos principais acessos à cidade, receberia nos anos 1870 uma estrada de ferro que ligaria a capital ao interior do Estado. Com a ferrovia, começaram a surgir também diversos trapiches ao longo de toda extensão dessa rua, junto às margens do lago Guaíba (Figura 6). Segundo Macedo (1999) era nesses trapiches que ocorria o embarque dos colonos que seguiam por vias fluviais até as colônias alemãs e italianas. Como vimos, muitos destes imigrantes optaram por não seguir viagem e acabaram por se estabelecer nessa região, formando um princípio de aglomerado urbano “[...] que acabaria por causar alterações no então caminho das chácaras” (Mattar, 2001, pp. 40-41).

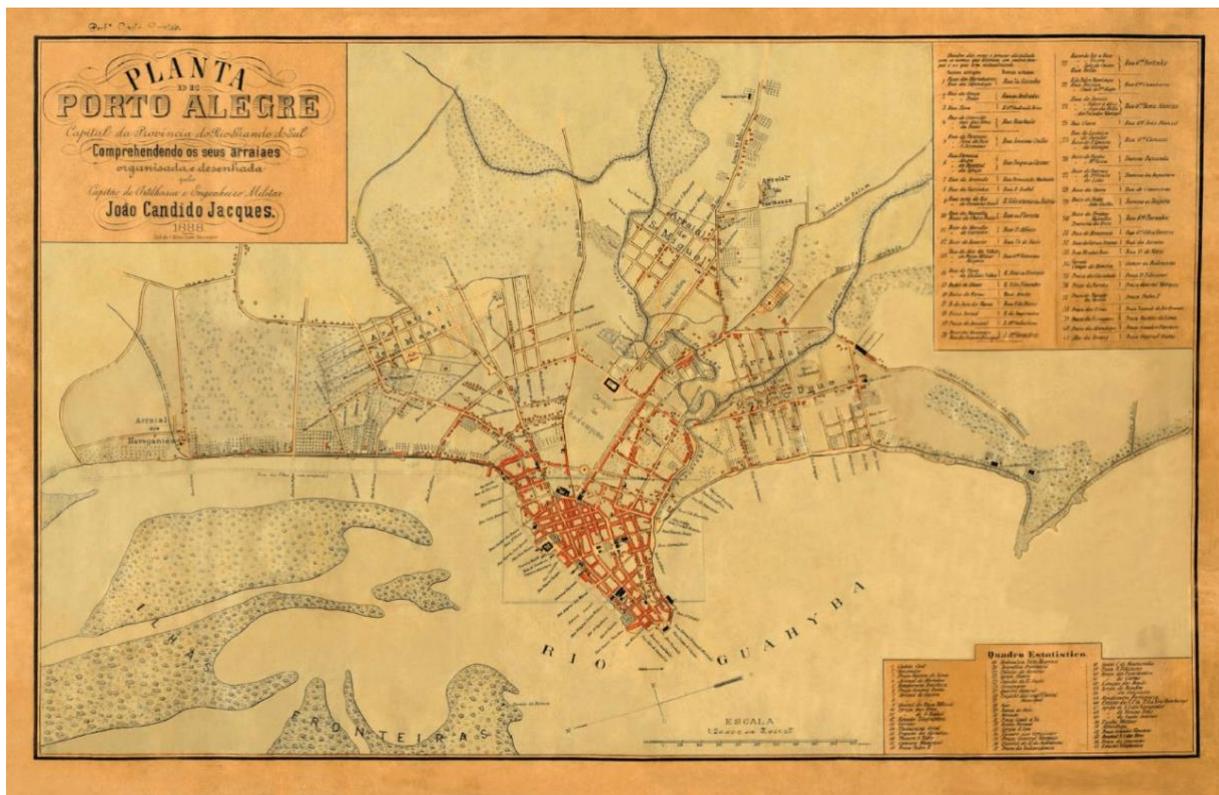


Figura 6. Mapa de Porto Alegre, 1888. Fonte: IHGRGS, 2006.

Embora houvesse uma concentração cada vez maior de pessoas e estabelecimentos comerciais ao longo da Voluntários da Pátria, a urbanização da área das antigas chácaras seguiu um ritmo lento até o final do século XIX. Os primeiros caminhos perpendiculares à costa do Guaíba na região, segundo Pimentel (1945), só seriam abertos entre 1880 e 1890. Em 1895, a Companhia Territorial Porto Alegrense, fundada três anos antes, é encarregada de lotear a área das antigas chácaras dos arrabaldes de Navegantes e São João, comercializando lotes “[...] destinados às classes operárias, principalmente imigrantes (italianos, alemães e poloneses), que procuravam residir nas proximidades das fábricas” (Strohaecker, 2005, n.p.).

Ao longo da primeira década do Século XX, impulsionado pelo crescimento populacional que a cidade viveu e pela oferta de trabalho resultante de um número cada vez maior de fábricas que ali se instalavam, a região viveu um intenso desenvolvimento urbano, assumindo uma configuração viária muito próxima à atual.

Segundo Mattar (2010), a divisão da cidade em distritos começa a partir de 1892. Naquele ano, a cidade, que contava com poucos bairros oficiais e muitos arrabaldes (como Navegantes e São João) foi dividida então em 6 distritos. Na época “[...] a área correspondente ao 4º Distrito tinha uma delimitação muito abrangente, contendo espaços que hoje pertencem a outros bairros” (*idem*, p. 44). Em 1927 a cidade passa por uma nova retificação dos seus limites, com uma nova classificação e subdivisão por zonas, distritos e seções. Porto Alegre passa então a ter oito distritos, como o 4º Distrito assumindo uma configuração próxima ao que hoje representa os bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes. A Figura 7 apresenta um mapa de Porto Alegre de 1916, onde estão demarcados os contornos dos cinco principais distritos da cidade.

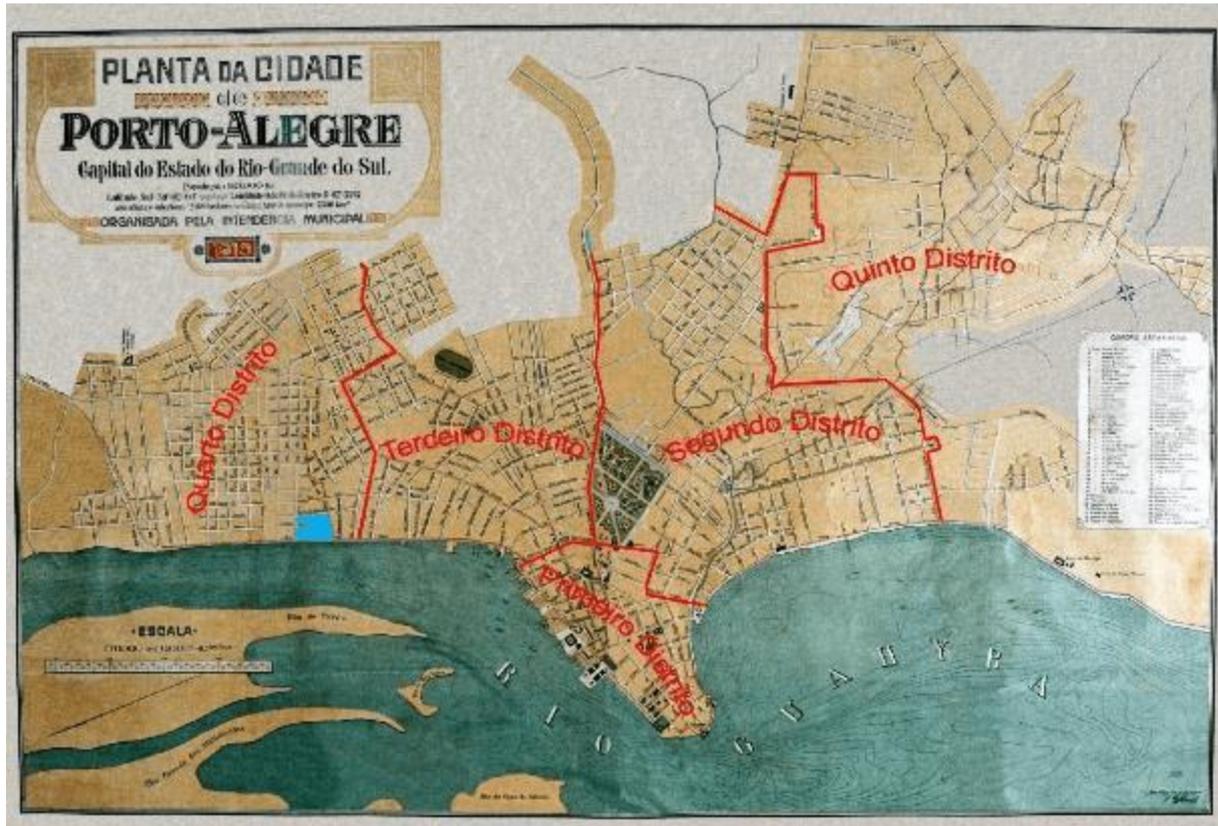


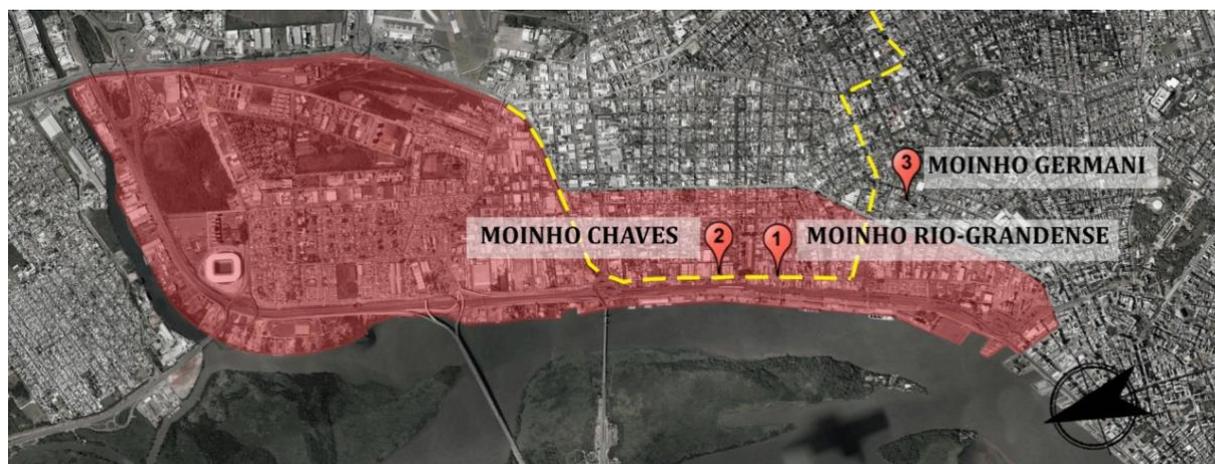
Figura 7. Mapa de Porto Alegre com divisão de distritos, em 1916. Fonte: Oliveira, 2021, p. 81.

Assim, é ao longo então da primeira metade do século XX que o 4º Distrito desponta como o principal núcleo industrial do Estado. Nesse período foram se somando às fábricas que surgiram e se desenvolveram na região também novas e modernas filiais de fábricas que começaram suas atividades em outros centros econômicos do Estado, como a região Sul (Pelotas e Rio Grande) e a região de colonização alemã e italiana (São Leopoldo e Caxias, respectivamente). Além da oferta de mão de obra e da infraestrutura de uma grande cidade, um dos principais motivos dessa migração das indústrias deveu-se à proximidade de Porto Alegre à região das Colônias, que já nessa época era um dos principais polos produtores de diversas matérias primas usadas na indústria, como o trigo e a mandioca. É importante salientar que os moinhos três moinhos aqui estudados estão diretamente ligados a esse contexto.

Em 1916, Albino Cunha constrói junto a rua Voluntários da Pátria uma nova e moderna sede de sua indústria de moagem, que já operava desde 1894 na cidade gaúcha de Rio Grande. Surge então o Moinho Rio-Grandense de Porto Alegre. Ele comandou a empresa, que contava já nos anos 1920 com três fábricas de grande porte (Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas) até sua morte, em 1926 (Oliveira, 2021), vindo a se constituir numa das principais indústrias de moagem do País na época. Pouco tempo depois, em 1929, acontece a fusão da empresa administrada pela viúva de Albino Cunha com a S.A. Grandes Moinhos do Sul, dando origem ao que seria uma das maiores agroindústrias da época: a Sociedade Anônima Moinhos

Rio-Grandenses (SAMRIG) (Revista Santista, 1984). Em 1920 é inaugurado, também na mesma rua, o Moinho Chaves. De propriedade de uma das mais ricas e influentes famílias gaúchas do período, os Chaves Barcelos, o moinho foi projetado pelo ilustre arquiteto teuto, radicado no Rio Grande do Sul, Theodor Wiederspahn. Esse moderno moinho, segundo Blancato (1922 *apud* Miranda, 2003, p. 99), “[...] emancipava-nos da importação da farinha e influenciava beneficentemente a produção de trigo no Estado”. O Moinho Chaves, porém, operou de forma independente por pouco tempo, já que em 1929 foi incorporado à SAMRIG, fazendo com que a empresa já surgisse com dois dos mais modernos estabelecimentos moageiros do Estado.

Paralelamente à consolidação da SAMRIG como uma das principais agroindústrias do Rio Grande do Sul, na região da colônia italiana surgia outra importante indústria de moagem do Estado. Em 1891, o imigrante italiano Aristides Germani constrói um pequeno moinho de madeira junto à cascata do Arroio Marquês do Herval, atual rio Tega em Caxias do Sul (Netto, 1978), mais tarde substituído por um moinho de alvenaria sobre roda d’água. Era o começo do Moinho Ítalo- Brasileiro, empresa que daria origem mais tarde à empresa Moinhos Germani S/A. Germani, que aos poucos, torna-se uma empresa capaz de rivalizar com a SAMRIG, expandindo suas atividades primeiro em Caxias, depois para demais regiões do Estado. Em 1941 então, inaugura moderno moinho em Porto Alegre, nos limites do 3º com o 4º Distrito. Assim, em meados do século XX, três dos mais modernos e importantes moinhos do Estado operavam dentro de um raio de menos de 1km. As imagens abaixo mostram a atual localização dos três moinhos aqui citados. A Figura 8, apresenta, além dos moinhos, a marcação (em vermelho) a atual do 4º Distrito sobre a marcação original do 4º Distrito (em amarelo).



**Figura 8.** Mapa com a localização dos moinhos Rio-Grandense (1), Chaves (2) e Germani (3), junto com a marcação original (amarelo) e atual (vermelho) do 4º Distrito. Fonte: Google Earth Pro, 2022.

Durante boa parte do século XX, outras importantes agroindústrias ainda operavam nessa região entre a rua Voluntários da Pátria e a avenida Cristóvão Colombo e ajudaram a definir a identidade local e a desenvolver social e economicamente seu entorno. Na esquina Avenida Farrapos com a Rua Ernesto Alves havia o Moinho Esperança. Mais acima, na avenida Cristóvão Colombo, havia a importante Cervejaria Bopp, construída em 1913, também com projeto de Theodor Wiederspahn. Na Voluntários da Pátria, ao lado do Moinho Rio-Grandense, destacam-se ainda hoje os “[...] arrojados silos de concreto armado da Maltaria Navegantes” (Oliveira, 2021), antiga Cervejaria Continental, construída em 1936, com projeto de um dos mais renomados escritórios de engenharia da época na cidade Ernesto Woebecke & Cia. Ltda (Weimer, 2004). Essa mesma firma, inclusive, seria responsável pela construção, em 1937, de outra importante agroindústria da região, que foi a fábrica de chocolates Neugebauer, localizada até hoje na avenida Cairú, entre a avenida Rio Grande e a rua Santos Dumont. Essas indústrias ajudaram a definir a identidade local, não apenas do 4º Distrito, como de seu entorno imediato.

Dentro do contexto da cidade de Porto Alegre, essas edificações, que resistem ao tempo, podem ser interpretadas como o que Rossi (2016) chama de fatos urbanos, que são elementos construídos que se fixam à malha urbana da cidade, resistem ao tempo e ajudam a entender as dinâmicas espaciais que acabaram por formar e caracterizar determinados espaços urbanos. Como veremos a seguir, os três moinhos possuem essa característica de fato urbano muito claro, pois são edificações que se destacam do entorno por sua forma arquitetônica, resistem a passagem do tempo e carregam grande valor histórico e de paisagem. São edifícios que ajudaram a conformar seu entorno e pelos quais podemos ainda hoje perceber a identidade industrial que ali existe por meio deles.

## 3. Moinho Rio-Grandense

Construído em 1916 pelo industrial português Albino Cunha como parte de seu plano de expansão de sua empresa de moagem, o Moinho Rio-Grandense teve seu projeto desenvolvido na Inglaterra (Miranda, 2003). O responsável técnico pela construção foi o engenheiro Antônio Faria dos Santos. Inicialmente construído com quatro pavimentos no corpo principal, ganhando um quinto pavimento durante a ampliação ocorrida nos anos 1950, e cinco pavimentos, mais um frontão, no setor onde internamente encontravam-se os silos, este era um moinho que se assemelhava muito à tipologia dos moinhos ingleses construídos durante o século XIX, sendo caracterizados como “[...] prismas retangulares de quatro a sete pavimentos, com linhas contínuas de grandes janelas que proporcionam boa iluminação e ventilação natural” (Oliveira, 2021, p. 106).

O moinho foi um marco na arquitetura industrial local, sendo uma das primeiras fábricas a utilizar uma estrutura vertical, tanto no que se refere à estrutura, como no que se refere à produção, e possuindo um modelo tipológico alinhado completamente à função industrial. Até o começo do século XX, a grande maioria das fábricas que existiam na região eram caracterizadas por conjuntos de pavilhões térreos e longos, com paredes de alvenaria e estrutura interna de madeira. Eram construções que não diferenciavam muito da arquitetura doméstica praticada até aquele momento na cidade.

É importante salientar que o Moinho Rio-Grandense foi construído no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando a escassez de materiais importados de países envolvidos com a guerra, ao mesmo tempo em que dificultava a construção civil, também acelerou o desenvolvimento da indústria nacional, sobretudo a gaúcha, que se voltava para o abastecimento do mercado interno (Pesavento, 1983). Nesse sentido, o Moinho Rio-Grandense traz consigo uma série de inovação formais, construtivas e produtivas para a época. Tanto a vinculação tipológica com os moinhos ingleses do século XIX, como a escassez de materiais importados para construção civil, fizeram o Moinho assumir um aspecto bastante diferente da arquitetura eclética que imperava nos prédios da época (Oliveira, *op. cit.*). Suas fachadas não possuíam praticamente nenhuma ornamentação, com a exceção de uma cornija e capitéis das pilastras estilizados, com linhas simples, feitos de tijolos e rebocados com argamassa. Era uma arquitetura de formas simples e geometrizadas que, de certa forma, aproximava-se muito mais de uma modernidade pragmática (Segawa, 2018), que se tornaria muito comum a partir dos anos 1930, do que da arquitetura historicista praticada na época.



**Figura 9.** Moinho Rio-Grandense, 1916.  
Fonte: Acervo Centro de Memória Bunge, 2021.

**Figuras 10, 11 e 12.** Interior do Moinho Rio-Grandense.  
Fotos: Kauã Oliveira, Porto Alegre [RS] 2016.  
Figura 10 (à direita, superior);  
Figura 11 (à direita, centro);  
Figura 12, (à direita, inferior).



Se esteticamente a escassez de materiais importados foi utilizada como justificativa por Weimer (1998) para justificar a falta de ornamentação, no que se refere ao sistema construtivo isso parece não ter sido um problema. Além do projeto desenvolvido na Inglaterra, o edifício utiliza um sistema interno de linha única de pilares metálicos e vigas metálicas importados da Europa. Os pilares possuem [...]

[...] de seção circular e diâmetro de 27 centímetros, que serve de suporte a vigas de perfil T, com altura aproximada de 44 centímetros e largura de 15 centímetros e que se apoiam perimetralmente em uma alvenaria de tijolos reforçada por pilastras (Oliveira, 2021, p. 118).

As lajes eram de madeira de lei, que auxiliava na secagem dos grãos, enquanto as grandes janelas eram de metal e de abertura pivotante, com vão aproximado de  $1,00 \times 2,10\text{m}$  e arco abatido. Os silos eram de madeira e ficavam no interior do edifício, indo do segundo ao quinto pavimento, apoiados também sobre uma estrutura metálica.

Volumetricamente, o Moinho caracteriza-se como um volume prismático de aproximadamente 14 metros de largura, por 37 metros de comprimento e aproximadamente 20 metros de altura (já contando o quinto pavimento, construído nos anos 1950) no corpo principal e 24 metros no frontão da Rua Voluntários da Pátria. Possui duas fachadas principais, que se encontram em um chanfro na esquina, e cujo ritmo é dado pela repetição de aberturas, principalmente na Voluntários da Pátria. Na rua Moura Azevedo, soma-se ao corpo principal do moinho um volume anexo, já bastante alterado, que segue toda extensão da quadra e faz a conexão com a esquina da rua Conselheiro Camargo também com um chanfro (Figuras 13 e 14).

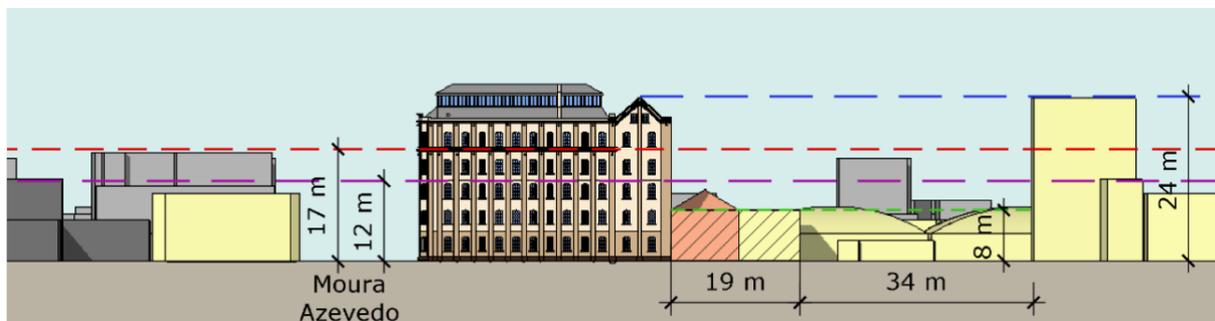


Figura 13. Elevação – Rua Voluntários da Pátria. Fonte: Oliveira, 2021, p. 173.

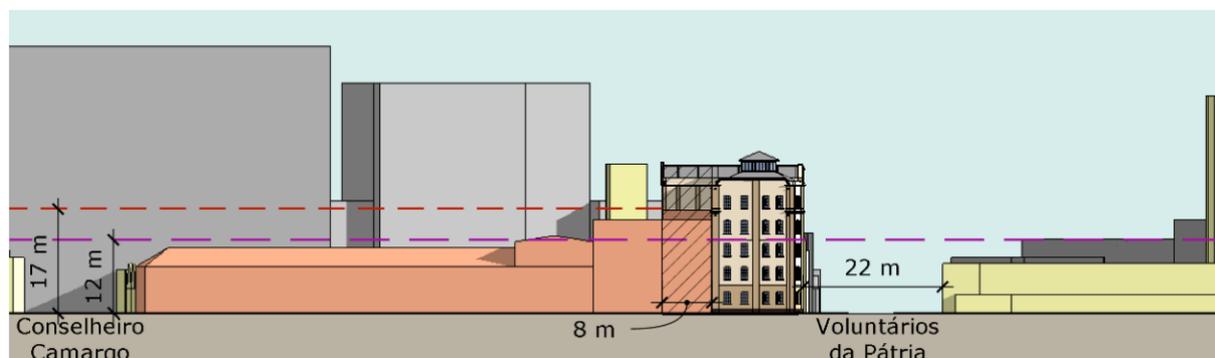


Figura 14. Elevação – Rua Moura Azevedo. Fonte: Oliveira, 2021, p. 172.

A planta era originalmente em “L”, com o lado menor perpendicular à Rua Voluntários da Pátria, onde ficava localizado o silo. Internamente era dividida em três setores, cada qual correspondente a uma função específica: moagem, lavagem e silos. As duas únicas paredes que separavam os ambientes eram estruturais e serviam de apoio às vigas do setor de lavagem, que também contavam com o apoio central de uma linha de pilares metálicos perpendiculares à maior fachada e ligeiramente deslocados do eixo central do ambiente. O vão entre esses pilares era de aproximadamente 2,45 metros e entre os pilares e as paredes era de 4,85 na maior dimensão e 2,45 na menor dimensão. No setor de moagem, a linha de pilares segue paralelamente à maior fachada, centralizada no ambiente. O vão aqui segue de 2,45 metros entre pilares e passa a ser de 6,25 metros entre os pilares e as paredes (Figura 15).

O Moinho se manteve em atividade por quase 90 anos, chegando a ser um dos maiores do Estado durante boa parte do século XX. Foi desativado em 2003 e, desde então, se encontra subutilizado, servindo atualmente como depósito.

Desde 2008 integra o Inventário dos Bens Imóveis do Bairro São Geraldo, elaborado pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo considerado patrimônio cultural da cidade e tendo sua preservação prevista por lei.

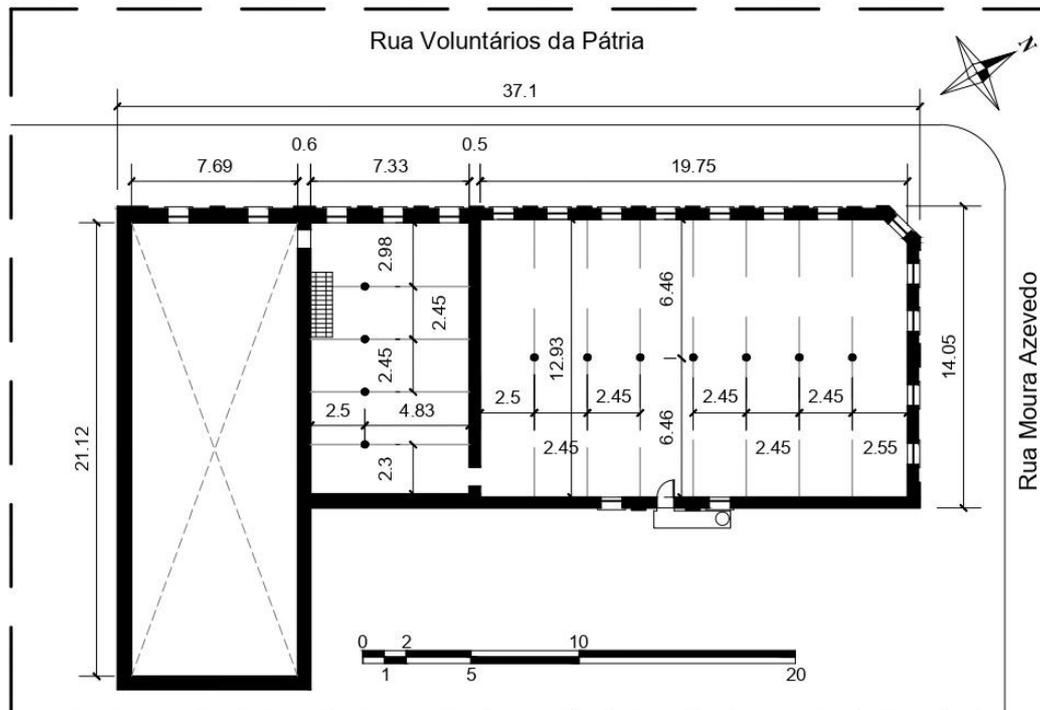


Figura 15. Planta Pavimento Tipo Moinho Rio-Grandense. Fonte: Oliveira, 2021, p. 119.

Mesmo sendo uma das mais antigas edificações industriais ainda existentes na região e tendo inestimável valor histórico como um dos maiores moinhos do Estado durante o Século XX, o Moinho Rio-Grandense passa, desde sua desativação, por acelerado processo de degradação (Figura 16). Internamente, apenas as paredes de alvenaria e a estrutura metálica ainda existem. O uso atual está longe de ser compatível como um dos mais importantes patrimônios agroindústrias da cidade.



Figura 16. Moinho Rio-Grandense, 2019. Foto: Kauã Oliveira.

Dos três moinhos aqui apresentados, embora não seja o que se encontra em piores condições, é o que menos perspectiva possui de requalificação. As formas simples do edifício principal, quase incompatíveis com um edifício construído no início do século passado, juntamente com seu péssimo estado de conservação, sobretudo dos anexos, parecem esconder o inestimável valor histórico e cultural dessa edificação. A região do 4º Distrito possui exemplos (bons e maus) de como reintegrar essas edificações históricas ao cotidiano da cidade, convertendo-os para usos capazes de atrair público e retomar sua vitalidade. No caso do Moinho Rio-Grandense, o abandono e o desconhecimento parecem ser inimigos ainda mais urgentes que a deterioração física à que ele está exposto.

## 4. Moinho Chaves

Construído em 1920, o Moinho Chaves – ou Porto-Alegrense – é frequentemente lembrado por ter seu projeto assinado por um dos mais renomados arquitetos da região no período, o alemão, radicado no Rio Grande do Sul, Theodor Wiederspahn. Wiederspahn é conhecido por projetar alguns dos mais icônicos edifícios da capital gaúcha, como a antiga Delegacia Fiscal da Receita Federal, o antigo prédio dos Correio e Telégrafos, o Hotel Majestic (atualmente Casa de Cultura Mário Quinta) e a já citada Cervejaria Bopp.

Embora tipologicamente este moinho se assemelhe muito ao Rio-Grandense, sendo igualmente caracterizado como um prisma retangular com quatro pavimentos, esquina chanfrada, linhas contínuas de grandes janelas e silagem interna ao corpo principal do edifício, suas duas fachadas principais possuem um tratamento mais elaborado. Há aqui uma divisão muito mais clara entre base, corpo e cobertura, além da presença (singela) de ornamentos. Ainda assim, é um edifício com composição bastante objetiva para a época (Figuras 17 e 18).

A base da edificação é destacada e levemente rusticada, com acabamento feito em pedras acinzentadas. No corpo, a relação de cheios sobre vazios é mais bem trabalhada, se comparada ao Rio-Grandense, com grandes janelas de verga reta e o destaque de elementos retangulares na alvenaria entre as aberturas. Nesses elementos destacados, sobre as janelas do primeiro e do último pavimento, ainda há a colocação de elementos ornamentais em forma de medalhão. O acesso principal à edificação, que inicialmente se dava por uma porta junto à fachada da Rua Voluntários da Pátria, atualmente se dá por uma porta no chanfro da esquina.



Figura 17. Moinho Chaves, 2020. Foto: Kauã Oliveira.

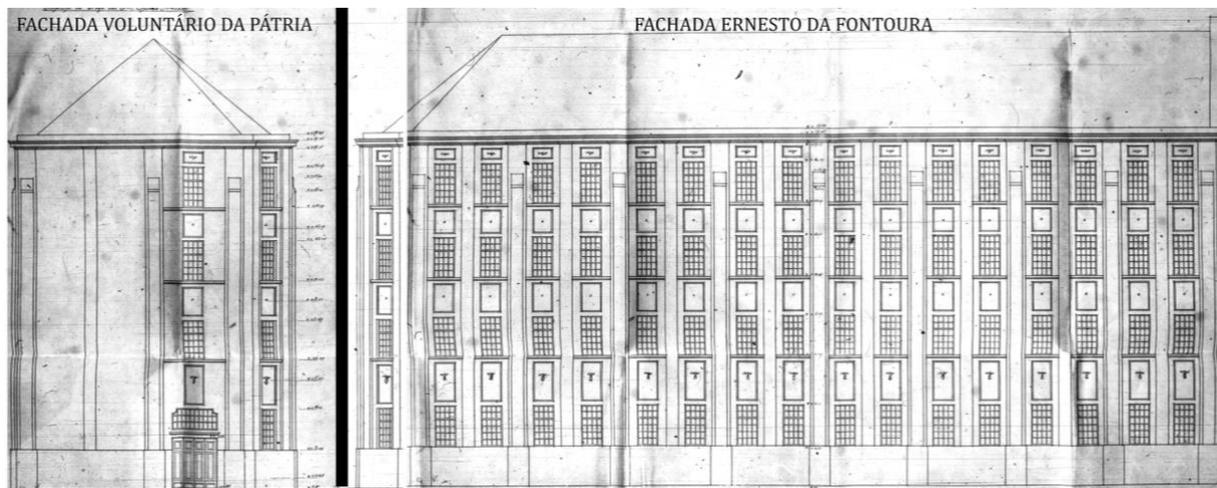


Figura 18. Projeto Original - Fachadas R. Ernesto da Fontoura (E) e Voluntários da Pátria (D). Fonte: Arquivo Municipal de Porto Alegre, 1920.

A cobertura é feita com um telhado de três águas, feito com telhas cerâmicas. Centralizado na fachada da rua Ernesto da Fontoura, sobre a cornija há uma pequena platibanda de forma trapezoidal com uma inscrição com a data de construção do edifício. Nota-se que tal elemento não consta no desenho do projeto original.

Diferente do Moinho Rio-Grandense, a fachada de maior dimensão encontra-se paralela à rua de menor fluxo, nesse caso, a Ernesto da Fontoura, com a menor fachada seguindo o alinhamento da rua Voluntários da Pátria. Se no Rio-Grandense o setor de silagem se refletia na fachada pela presença de um frontão (oriundo da implantação em “L”), aqui este setor se reflete externamente em uma empena cega na fachada da Voluntários da Pátria. As fachadas demais fachadas voltadas para o interior do lote seguem a mesma lógica compositiva

das fachadas principais, com o ritmo marcado pelas linhas contínuas de janelas, porém aqui sem a presença dos elementos retangulares destacados na alvenaria (Figura 19).

Internamente, tanto os silos quanto a estrutura foram feitas de um material bastante inovador para a época, o concreto armado. A estrutura é composta por uma linha central de pilares oitavados que servem de apoio central para as vigas, que se apoiam perimetralmente nas pilastras, formando uma grelha de 4,88 x 6,82 metros (Miranda, 2003). O pavimento tipo possui dimensões aproximadas 12,95 x 42,41 metros, sem divisões internas (com a exceção dos silos), quase que em um princípio de planta livres. Assim no Moinho Rio-Grandense, os entrespos eram de madeira de lei e o processo de produção era vertical (Figura 20). Segawa (2018, p. 56) classifica o Moinho Chaves como uma obra que foi “[...] precursora isolada de uma linha racionalizante da arquitetura, sobretudo pela sua função utilitária [...]”. Já Miranda (2003, pp. 99-100) identifica uma evolução deste moinho em relação ao Rio-Grandense em decorrência da “[...] liberdade proporcionada pelos vãos da estrutura nos pavimentos e o adequado uso do concreto que está tanto na estrutura como na silagem proporcionaram soluções para o processo e simplificaram a concepção, representando uma economia de meio para o projeto”.



Figura 19. Detalhe da base e das janelas do Moinho Chaves, 2021. Foto: Kauã Oliveira.

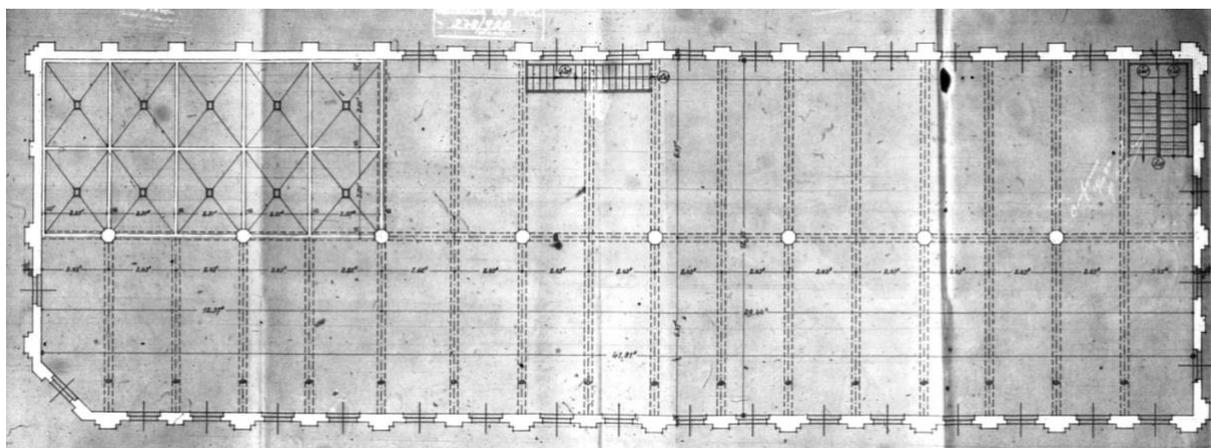


Figura 20. Planta baixa original do pavimento tipo, 1920. Fonte: Arquivo Municipal de Porto Alegre, 1920.

O Moinho Chaves cessou suas operações ainda na segunda metade do século XX, sendo utilizado durante anos como depósito de produtos químicos e mais tarde foi convertido numa loja de ferramentas. Entre 2013 e 2014, o prédio passou por um processo de requalificação e conversão para servir de sede local de uma empresa de refrigeração, abrigando escritórios, depósito e loja.

Assim como o Moinho Rio-Grandense, desde 2008 o Moinho Chaves integra o Inventário dos Bens Imóveis do Bairro São Geraldo como Imóvel de Estruturação<sup>3</sup>. Embora o uso atual não explore plenamente todo valor cultural latente nessa edificação, este é sem dúvidas, dos moinhos citados, o que se encontra em melhores condições. O uso atual mantém a função útil do edifício, garantindo sua conservação a curto e médio prazo, o que abre espaço para discutir até que ponto conservar certos aspectos tidos como originais, em detrimento da manutenção do uso, beneficia de fato o patrimônio industrial.

## 5. Moinho Germani

Mesmo tendo sido inaugurado em 1941, o Moinho Germani, pertencente a um dos maiores grupos moageiros do Estado, foi de extrema importância para a região. Segundo Mattar (2010, p.302) o jornal Correio do Povo, em dezembro de 1946, “[...] noticiava uma missa solene na igreja São Geraldo” como parte das celebrações da Festa do Trigo e em homenagem aos agricultores. Este evento ocorreu com o patrocínio justamente do Moinho Germani.

<sup>3</sup> Segundo inciso I do parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar nº 434, de 1999, Edificação Inventariada de Estruturação é aquela “[...] que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza” (Porto Alegre, 1999, p. 8).

Ainda que tenha sido construído mais de 20 anos depois dos outros dois moinhos já citados, guarda uma série de similaridades com os Moinhos Rio-Grandense e o Chaves: o volume principal prismático, a altura, o ritmo de cheios e vazados, as formas puras e geometrizadas, com pouca ou nenhuma ornamentação são todas características comuns aos três moinhos. Porém, enquanto os dois mais antigos se caracterizam como um grande prisma retangular que concentra todas as funções principais – com as funções secundárias (como depósitos e afins) se concentrando em pequenas edificações anexas ao redor –, o Moinho Germani é formado por três blocos principais (Figuras 21 e 22).



Figura 21. Moinho Germani, 1950. Fonte: Netto, 1978, p. 107.

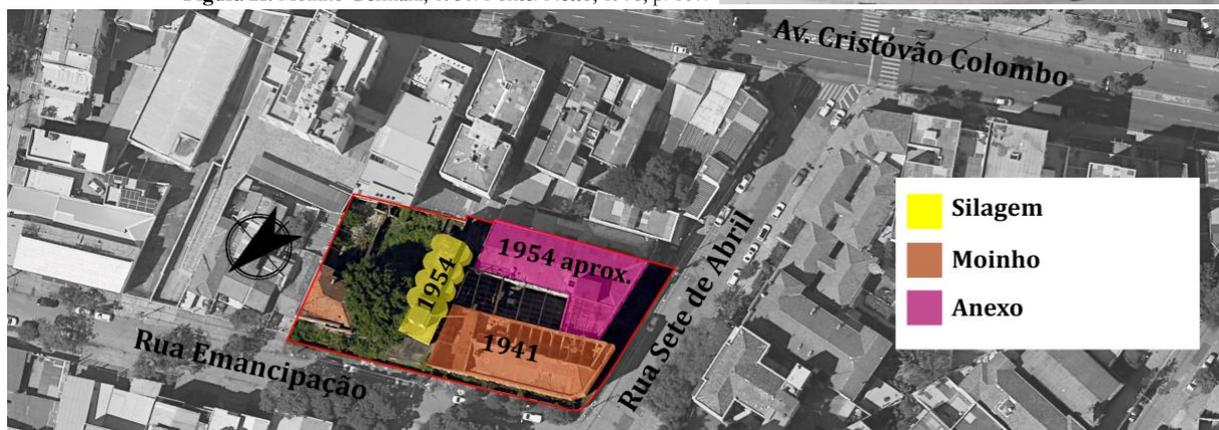


Figura 22. Vista superior do Moinho Germani, com data de construção e localização dos blocos principais. Fonte: Google Earth Pro, 2022. Marcação dos autores.

O primeiro, o edifício principal, apresenta aspecto bastante semelhante ao Moinho Chaves, também sendo uma edificação de esquina alinhada com o passeio público, com implantação originalmente em “L” como no Rio-Grandense (Figuras 23 e 24 – respectivamente: fachadas e planta baixa). A estrutura interna, de concreto armado, apresenta linha central de pilares e vigas apoiadas perimetralmente nas pilastras. Internamente era dividido em três setores: limpeza, moagem e ensacamento (nesse último, no térreo, funcionava o escritório). Originalmente não havia silos, sendo o trigo depositado num pequeno galpão anexo. O segundo bloco, correspondente à silagem, foi construído posteriormente, provavelmente na década de 1950, em uma grande estrutura de concreto armado junto a Rua Emancipação, relativamente afastada do alinhamento e destacada do volume principal. Já o terceiro bloco, uma edificação anexa construída muito provavelmente também na década de 1950, possui fachadas que seguem a mesma identidade formal do bloco principal. Essa edificação nova, construída junto a Rua Sete de Abril e recuada em relação ao alinhamento, possui planta em formato semelhante à um “L”, conectando-se pelo lado menor ao bloco de esquina. Esse ponto de conexão (como pode ser visto na Figura 25), delimitado por três colunas de janelas, é ligeiramente mais baixo que o restante do conjunto, proporcionando certa hierarquia formal entre edifício principal e anexo.

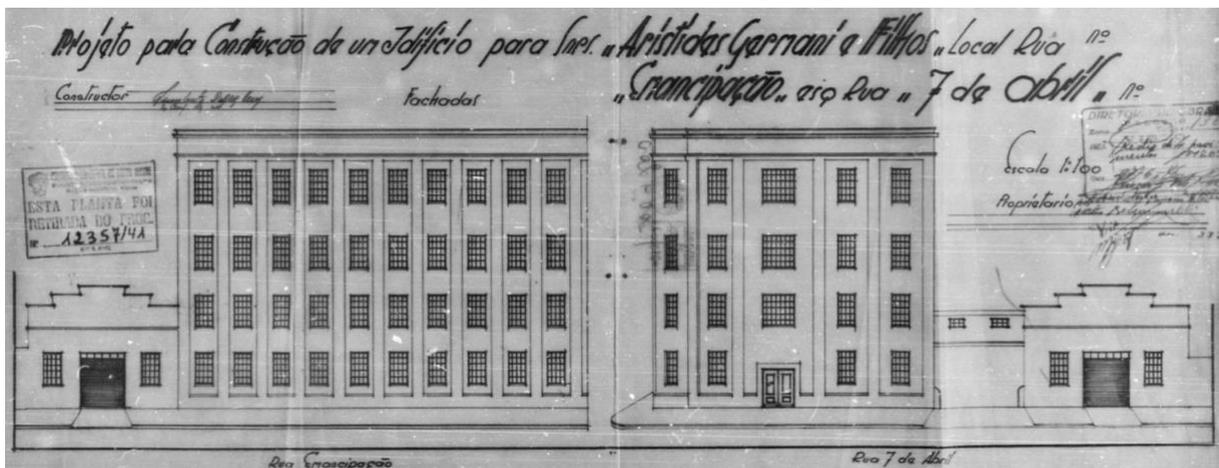


Figura 23. Fachadas do projeto Original, 1941. Fonte: Arquivo Municipal de Porto Alegre, 1941.

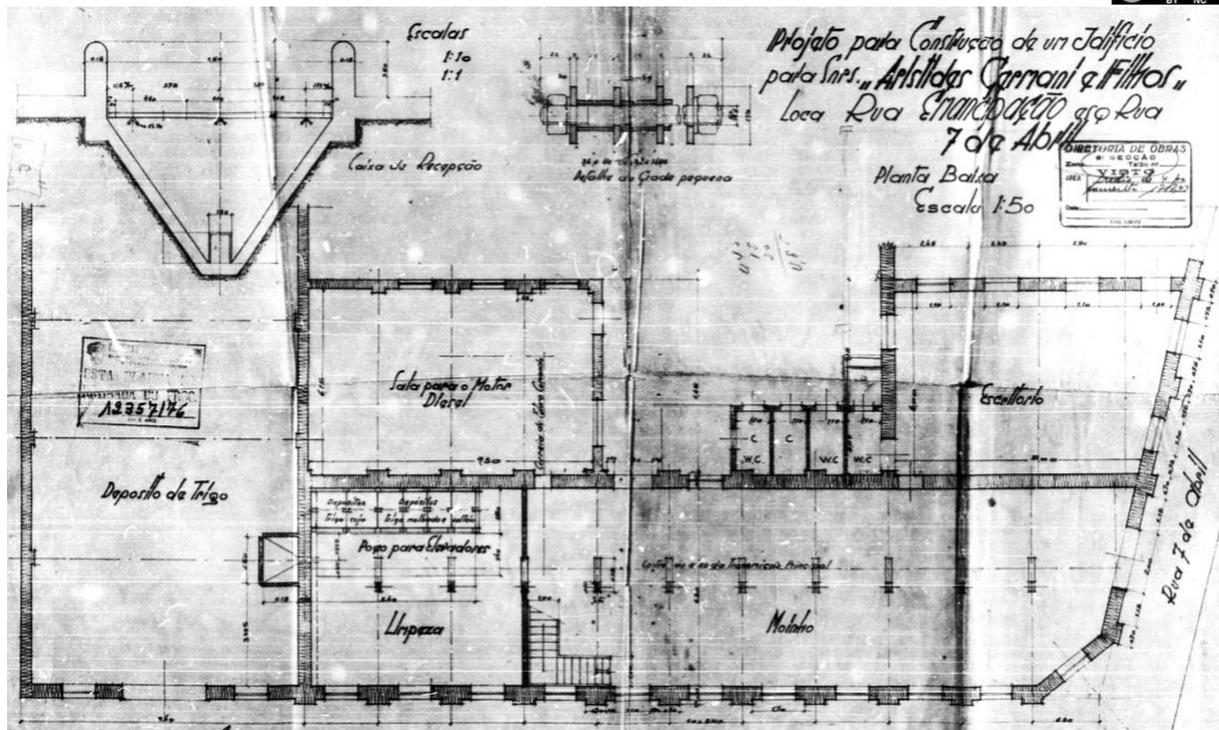


Figura 24. Planta Baixa Original, 1941. Fonte: Arquivo Municipal de Porto Alegre, 1941.



Figura 25. Fachada da Rua Sete de Abril. Foto: Kauã Oliveira, 2022.



Figura 26. Fachada da Rua Emancipação. Foto: Kauã Oliveira, 2022.

O complexo arquitetônico do Moinho pertenceu à família Germani até 1990, quando foi vendido para uma outra empresa do ramo alimentício que manteve as atividades no local até 2004. Desde então encontra-se abandonado, passando por um intenso processo de degradação (Figuras 25 e 26).

Mesmo também sendo um Imóvel de Estruturação, listado pelo Inventário dos Bens Imóveis do Bairro Floresta desde 2008, dos três moinhos estudados é o que apresenta pior estado de conservação. Por fotos de satélite é possível perceber que parte do telhado do bloco principal desabou. Externamente, verificam-se danos nos vidros de praticamente todas as esquadrias nos três blocos, assim como danos no reboco, sobretudo no bloco principal, onde parte do revestimento sobre a platibanda na fachada da rua Emancipação já começou a cair (Figura 26). No mesmo terreno ainda há uma edificação residencial de quatro pavimentos abandonada, provavelmente construída para os funcionários, e grande massa de vegetação.

Embora em péssimo estado de conservação, a perspectiva para o futuro do Moinho Germani é,

ao menos em teoria, melhor do que a que se enxerga para o Moinho Rio-Grandense. Com projeto aprovado e obras de requalificação por iniciar, o Moinho Germani será convertido em um complexo de moradias de alto padrão e comércio (Figura 27). A intervenção prevê a requalificação tanto do Moinho, incluindo o bloco original e o anexo, como dos silos de concreto armado (Figura 28), além da construção de uma edificação anexa onde hoje se encontra o edifício residencial abandonado. Devido à existência de pouco material de divulgação sobre o projeto, torna-se difícil analisar a qualidade da intervenção. Na única imagem divulgada, o edifício original parece manter suas características básicas que lhe conferem a identidade industrial típica desses moinhos, como a ritmo marcado pela repetição das aberturas, as formas puras e o

uso de cores neutras. É possível perceber também uma ampliação junto ao bloco principal, na figura de um pavimento extra. Esse acréscimo, no entanto, parece obedecer ao princípio da diferenciação das partes, preconizado pela Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), ao utilizar o vidro como material predominante.



**Figura 27.** Projeto de Requalificação do Moinho Germani.  
Fonte: Bewiki *apud* Guerra, 2021.



**Figura 28.** Silagem. Silos de concreto armado – Rua Emancipação. Foto: Kauã Oliveira, 2022.

## 6. Considerações finais

O patrimônio industrial, em especial os remanescentes da agroindústria, é parte fundamental da história de Porto Alegre. Essas edificações estão diretamente associadas à formação de diversos bairros desde a origem da Cidade, sendo partes fundamentais na construção de comunidades inteiras e no desenvolvimento local, tanto nas questões econômicas, como culturais e urbanísticas. No entanto, o constante estado de vulnerabilidade a que essas edificações estão expostas, dada a grande velocidade com que perdem sua função original, em decorrência das evoluções tecnológicas, típicas da indústria, e das mudanças econômicas, e das mudanças urbanas que ocorrem com o passar dos anos, alterando as relações dos espaços da cidade com os usos, fazem com que a conservação desses espaços seja uma questão complexa de se resolver. Ao estudar o caso desses três importantes moinhos construídos na primeira metade do século XX, podemos perceber que, mesmo que a problemática que incide sobre eles tenha uma série de pontos de convergência, a resposta para a resolução geral do problema possui muitas variáveis.

Enquanto o Moinho Rio-Grandense manteve sua atividade original por quase 90 anos, entrando em franco processo de degradação após perder sua função útil, o Moinho Chaves, embora tenha abrigado diversos usos diferentes ao longo dos últimos 50 anos, mantém um bom estado de conservação através da manutenção de uma função útil ao longo desses anos. A associação ao nome de Wiederspahn pode ser considerado como um ponto que ajuda a manter o interesse sobre o moinho construído em 1920, em comparação como uma arquitetura de autor anônimo e aspectos similares construída poucos anos antes, mas certamente a questão da manutenção de um uso ao longo dos anos certamente deve ser o ponto central ao se analisar a situação atual do Moinho Chaves. Embora o uso atual não seja capaz de extrair a maior parte dos valores culturais associados ao patrimônio industrial, uma vez que o acesso ao edifício fica restrito a funcionários e clientes de um tipo de comércio muito específico, tanto a relação do moinho com a paisagem local, quanto a conservação de sua estrutura física são contempladas pela pelo uso que atualmente possui.

Já no caso do Moinho Rio-Grandense, embora possua caráter de vanguarda dentro do contexto do 4º Distrito, uma história relacionada à produção agroalimentar muito mais longa e uma importância muito mais destacada no cenário do desenvolvimento da agroindústria local, seus valores vão pouco a pouca se perdendo, seja pela deterioração física, seja pelo esquecimento, pela inexistência de uma função útil do edifício, caso semelhante ao que ocorre com o Moinho Germani.

Este último, mesmo sendo uma edificação relativamente mais nova do que as outras duas, encontra-se em pior estado, em decorrência do abandono. O péssimo estado de conservação, que diminui o valor geral do imóvel, aliado à localização mais atrativa, são pontos que certamente facilitaram sua aquisição por investidores. Sua recuperação, no entanto, reside apenas no campo das ideias por enquanto. É difícil qualificar se o uso proposto é condizente ou se o projeto é capaz de extrair os valores culturais associados ao Moinho. Todavia, a proposição de um uso e a existência de um projeto aprovado para sua recuperação configuram uma situação com certeza mais animadora que o abandono.

De forma alguma propomos que a questão dos usos desconsidere os valores identitários do patrimônio industrial. Se a requalificação do edifício desconsiderar os valores associados à tipologia arquitetônica, ao caráter industrial da edificação, aos valores sociais e à relação do edifício com a comunidade local, este será apenas mais um edifício antigo repaginado, cuja preservação não compreende a função básica de um patrimônio cultural, que é servir de suporte para a perpetuação da memória.

No caso desses patrimônios agroindustriais inseridos em zonas urbanas consolidadas, onde a atividade para a qual foram projetados raramente é contemplada pelos usos atuais dos espaços urbanos, a questão do uso é certamente importante e fundamental. Sem uma função útil, além de acelerar o processo natural de degradação física dessas edificações, coloca essas antigas fábricas sob o perigo da especulação imobiliária. Quanto mais tempo esses espaços ficarem ociosos, maior a possibilidade de o uso proposto ser incompatível com sua identidade. Do ponto de vista da ocupação dos espaços urbanos altamente densificados, qualquer uso é mais útil do que uma ruína. Assim, é fundamental o trabalho de pesquisa e as ações culturais relacionadas a ao patrimônio industrial. Conhecer e valorizar essas edificações mantém o interesse pela sua história, permitindo que um maior número de pessoas faça parte dos processos de recuperação desses espaços. Com isso, os usos propostos tendem a contemplar mais aspectos relacionados à identidade do edifício e à sua função como espaço de cultura, uma vez que diferentes atores com diferentes necessidades e relações com a edificação participam do processo. O abandono e o desconhecimento servem apenas à especulação imobiliária e ao apagamento da memória.

## 7. Referências

- Acervo do Centro de Memória Bunge (2021). *Histórico Moinho Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Bunge.
- Arquivo Municipal de Porto Alegre (1920). *Projeto 001.000278.20*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal.
- Arquivo Municipal de Porto Alegre (1941). *Projeto 001.012357.41*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal.
- César, G. (1981). *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ferreira, A. K. (2019). *Silos: a forma da reforma*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4<sup>o</sup>). São Paulo: Atlas.
- Guerra, G. (2021, outubro 28). Complexo com moradia, lojas, área de trabalho e até aluguel de carro será construído em antigo moinho de farinha. *Jornal Zero Hora*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/giane-guerra/noticia/2021/10/complexo-com-moradia-lojas-area-de-trabalho-e-ate-aluguel-de-carro-sera-construido-em-antigo-moinho-de-farinha-ckv8893ls004a019mj97j76xw.html>
- ICOMOS. (1964). *Carta de Veneza*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.
- ICOMOS, & TICCIH. (2003). Carta de Nizhny Tagil. Tradução de Cristina Meneguello. *Oculum Ensaios*, 3, pp. 132-137, Campinas [SP], 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351732195011> Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICOMOS, & TICCIH. (2011). *Os Princípios de Dublin*. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- IHGRGS (2006). *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- Kühl, B. M. (2006). Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Revista Eletrônica do Iphan*, 4, pp. 1-7, São Paulo.
- Mattar, L. N. (2001). *Porto Alegre: voluntários da pátria e a experiência da rua plurifuncional*. Dissertação de Mestrado (Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Mattar, L. N. (2010). *A Modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4<sup>o</sup> distrito*. Tese de Doutorado (Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Miranda, A. E. (2003). *A Evolução do Edifício Industrial em Porto Alegre: 1870 a 1950*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Netto, C. (1978). *O Cavaliere Aristides Germani* (3a ed.). Caxias do Sul [RS]: UCS/EST.

Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius Loci*. Londres: Academy Editions.

Oliveira, K. D. (2021). *O Moinho Rio-Grandense: A preservação do patrimônio agroindustrial em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Pesavento, S. J. (1983). *RS: Agropecuária colonial e Industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Pesavento, S. J. (1985). *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell.

Pimentel, F. (1945). *Aspectos gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Imprensa Oficial.

Porto Alegre (1999). *Lei Complementar nº 434, de 1999. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre, RS, 24 dez. 1999.

Revista Santista. (1984). Nossos Moinhos de Trigo. *Revista Santista*, 1(4), pp. 13-16, São Paulo. Acervo do Centro de Memória Bunge.

Rossi, A. (2016). *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

Segawa, H. (2018). *Arquitetura no Brasil 1900-1990* (3a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Souza, C. F. (s./d.). *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Strohaecker, T. M. (2005). Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 9 (194), ago. 2005. Barcelona ESP.

Weimer, G. (1998). *Arquitetura Moderna em Porto Alegre: entre 1930 e 1945*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Weimer, G. (2004). *Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul: 1892-1945*. Santa Maria [RS]: Editora UFSM.